

PJe: projeto-piloto da SJDF digitaliza centenas de processos em menos de um mês



Etapa da digitalização dos processos

A Seção Judiciária do Distrito Federal iniciou, no dia 2 de julho, projeto-piloto na 4ª Vara Federal para digitalizar o acervo físico de processos, com o objetivo de que as ações migrem para o PJe.

Trata-se de trabalho conjunto entre a 4ª Vara, o Nucju e o Nutec, com apoio institucional da Diref. Segundo informou a diretora da vara, Márcia Nunes, centenas de ações já foram digitalizados em apenas três semanas. "Separamos, nesse início, processos concluídos para sentença ou suspensos".



Conferência do material digitalizado

peças processuais, tirando, por exemplo, grampos, barbantes, adesivos etc., deixando, assim, os processos prontos para serem efetivamente digitalizados. "Após essas etapas, os servidores da 4ª Vara fazem a conferência de todo o material", explicou Márcia.

Cumpridas essas três fases, os processos seguem para o Emigrador - programa de computador, em fase de homologação pelo TRF-1ª Região, que insere o material digitalizado no PJe.

De acordo com a diretora da 4ª Vara, os ganhos com o processo judicial eletrônico são muitos, mas ela destacou a facilidade de o advogado protocolar petições diretamente no sistema, não precisando se deslocar até o balcão da vara para esse fim, bem como a viabilidade de ampliação do teletrabalho na SJDF.



Higienização dos documentos

Para essa força-tarefa, o Nucju disponibilizou *scanners* e pessoal terceirizado que atua na conversão das páginas de papel para o formato digital. A equipe do Nutec está disponível para ajudar na configuração dos equipamentos e em possíveis problemas das máquinas. Os prestadores de serviço fazem a higienização das

PROJETO AMPLO

A digitalização ocorrerá em toda a Seção Judiciária do DF, e a meta é digitalizar o máximo de processos até o final do ano.

Segundo a servidora Daty Manuela, coordenadora do Centro Local de Inteligência (Ceint/DF), para que a digitalização seja concluída, com a devida migração para o PJe, os processos devem ser preparados. "O intuito da preparação é sanar pendências no sistema processual e, assim, evitar retrabalhos e otimizar os procedimentos", disse a coordenadora.

Daty informou, ainda, sobre a elaboração de um *checklist*, pelo grupo de trabalho designado para o projeto da digitalização, que será encaminhado às varas com orientações sobre o preparo das peças processuais.

De acordo com a coordenadora do Ceint/DF, não poderão ser migrados para o PJe os processos com as seguintes pendências: com carta precatória/rogatória pendente de juntada; petição pendente de juntada; mandados pendentes; em fase de ofício requisitório de precatórios ou RPV; com declínio de competência; e remetidos.

A Direção do Foro (Diref) da SJDF já iniciou tratativas com a AGU, a Procuradoria Regional Federal, a Caixa Econômica Federal (CEF) e grandes escritórios jurídicos para firmar parcerias para utilização do acervo já digitalizado por esses órgãos.

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA

No dia 31 de julho, a Seccional do DF fará pregão para contratar empresa especializada em digitalização. "Em aproximadamente 15 dias, a empresa já estará com a estrutura montada no subsolo no Anexo do edifício Sede I para começar a digitalizar o acervo físico de processos da SJDF", explicou Daty Manuela.

Pelo contrato, a empresa deverá converter, por mês, 4 milhões e 400 mil páginas para o formato digital. A equipe e os equipamentos serão de responsabilidade da contratada.